

APROXIMAÇÕES ENTRE ARQUITETURA, URBANISMO E MOVIMENTAÇÕES SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS: debates necessários

Daniel Marostegan Carneiro¹

Resumo

O artigo propõe uma aproximação aos debates acerca dos dilemas éticos contemporâneos em torno dos temas da democracia e do direito à cidade no Brasil. Tangencia reflexões mais amplas sobre a deterioração das instituições democráticas, e da própria noção de direitos, no atual estágio do capitalismo global e do espraiamento das políticas neoliberais. Concentra-se na composição e desenvolvimento de um campo progressista em arquitetura e urbanismo no Brasil, na tentativa de explicitar alguns paradoxos em que tal campo está inserido atualmente. Valendo-se de breves panoramas históricos sobre a produção desigual das cidades e os movimentos democráticos no âmbito de arquitetura e urbanismo no país, e de algumas reflexões recentes acerca das eclosões e rearranjos que se materializaram nas insurgências conhecidas como “jornadas de junho”, bem como dos atravessamentos tecnológicos contemporâneos, o artigo propõe articular esses fragmentos a partir das questões: a arquitetura é ética? e, a arquitetura é democrática?

Palavras-chave: arquitetura ética, arquitetura democrática, cidade desigual, cidade democrática.

Abstract

The article proposes an approach to the debates about the contemporary ethical dilemmas around the issues of democracy and the right to the city in Brazil. It connects broader reflections on the deterioration of democratic institutions - and the very notion of rights - in the current stage of global capitalism and the spread of neoliberal policies. It concentrates on the composition and development of a progressive field in architecture and urbanism in Brazil, in an attempt to make explicit some paradoxes in which such field is currently inserted. The article is anchored in brief historical overviews on both the unequal production of the cities and the democratic movements that cross the field of architecture and urbanism in the country. Based on some recent reflections on the outbreaks and rearrangements that materialized in the insurgencies known as “jornadas de julho” as of the contemporary technological breakthroughs, the article proposes to articulate these fragments from the questions: is architecture ethical? And, is architecture democratic?

Keywords: ethical architecture, democratic architecture, unequal city, democratic city.

Apresentação

O presente artigo deve ser entendido como uma aproximação preliminar aos debates acerca dos dilemas éticos contemporâneos em torno dos temas da democracia e do direito à cidade no Brasil. Assim, tangencia necessariamente reflexões mais amplas sobre a deterioração que as instituições democráticas e a própria noção de direitos civis vêm sofrendo nas últimas décadas, no âmbito do atual estágio do capitalismo global e do espraiamento das políticas neoliberais. Dentre os diversos aspectos que valeriam ser perscrutados, optamos por nos concentrar na composição e desenvolvimento de um campo progressista em arquitetura e urbanismo no Brasil, na tentativa de explicitar alguns paradoxos em que tal campo está inserido atualmente.

O entendimento expresso aqui é que discutir o tema “A Arquitetura (é) ética?” passa necessariamente pela abordagem de um conjunto de questões que se relacionam entre si: o paradoxo da função social inata – mas muitas vezes negada - da arquitetura e da cidade, a conformação predominantemente elitista do referido campo profissional, a prevalência dos saberes teóricos sobre os saberes práticos, assim como a visão positivista predominante na formação profissional na área. Tais questões trazem ao foco dos debates as relações entre arquitetura e democracia, sugerindo muitas outras questões: com quem? para quem? de que forma? com que objetivo se faz arquitetura? A partir dessa complexidade é que se estrutura a abordagem aqui apresentada, numa articulação entre as questões: a arquitetura é ética? e, a arquitetura é democrática?

Para tanto, o texto lança mão da recomposição de um breve panorama histórico sobre a consolidação urbana no país, evidenciando a produção de diferentes níveis de acesso aos espaços urbanos “qualificados” que se configuram como características fundadoras das *cidades pouco democráticas* que se edificam no Brasil. Em seguida retoma os esforços históricos de diferentes agentes e que podem ser entendidos como *movimentos democráticos no âmbito da arquitetura e urbanismo no Brasil*, que acabam por contribuir na consolidação de um campo progressista em arquitetura e urbanismo e de uma área de atuação que se convencionou chamar de “arquitetura e urbanismo de interesse social”.

Na sequência apresentamos as *eclosões e rearranjos contemporâneos* que ocorrem em diferentes cantos do mundo e que se materializam no Brasil em junho de 2013, nas insurgências conhecidas como “jornadas de junho”, manifestações de massa que apresentam uma profusão de pautas difusas, entre as quais se evidenciam aquelas relacionadas ao direito à cidade de forma ampla, e em especial ao direito à mobilidade urbana. Traremos ainda os *atravessamentos tecnológicos e as disputas democráticas* que reúnem uma diversidade de transformações sociais e culturais, perceptíveis principalmente na juventude, e que se relacionam a diferentes inovações tecnológicas que acabam por amplificar, transformar e criar novas perspectivas de organização, de atuação, de articulação e de protesto em detrimento dos modelos tradicionais utilizados pelos movimentos populares desde ao menos os meados do século passado.

Por fim, nas considerações finais, pretendemos trazer algumas sínteses e aproximações sobre o atual contexto progressista em arquitetura e urbanismo no Brasil, seus dilemas e a necessidade de realização de debates caros à atual juventude e que ainda são muito incipientes nas escolas de arquitetura e urbanismo, nos órgãos de classe e nas articulações sociais dos setores urbanos brasileiros.

¹ Arquiteto e Urbanista pela Universidade de São Paulo (EESC-USP 2001), com mestrado pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos na área de Concentração em Metodologia de Ensino (PPGE-UFSCar 2008). Atualmente cursa o doutorado em Arquitetura e Urbanismo no PPGAUFBA na área de Urbanismo. E-mail: daniel@teia.org.br

Breve contexto: cidades pouco democráticas

As condições estruturais e históricas em que a sociedade brasileira vem se desenvolvendo apontam para grandes desafios no que se refere às pautas democráticas, que se refletem em diferentes aspectos da atual lógica urbana em curso, e se relacionam com as condições reais da prática de arquitetura e urbanismo no Brasil, incidindo diretamente sobre as possibilidades de acesso à arquitetura e ao urbanismo por grande parte da população brasileira.

Perscrutar os desafios democráticos nas nossas cidades passa por analisar a precariedade das condições habitacionais e dos espaços urbanos em que habita a população pobre, o que tem sido tema de inúmeros estudos no meio crítico acadêmico brasileiro, desde pelo menos os anos 1970. Existem muitas pesquisas e publicações que apresentam um grande universo de dados quantitativos e qualitativos demonstrando, comprovando e problematizando tais condições², a partir das quais pode-se considerar que boa parte do espaço urbano é ocupado em função do acesso à propriedade e das condições de renda das classes sociais, cabendo aos mais pobres os espaços mais precários e menos valorizados (SANTOS, 1998, 2005, 2008; OLIVEIRA, 1982; MARICATO, 1979, 1996; VILLAÇA, 2001). Tais pesquisas apontam, de modo geral, dois principais fatores que implicaram nessas precariedades, seja do ponto de vista das condições de habitabilidade físicas, seja do ponto de vista da inserção urbana³: o crescimento urbano acelerado e desordenado, com grande fluxo de migração da população rural para as cidades num período de tempo relativamente curto, o que vai ocorrer no Brasil nas primeiras décadas do século XX, sobretudo com o início da industrialização, e o acesso à propriedade privada, normatizada como mercadoria desde a promulgação da lei das terras nos meados do século XIX. Nesse processo, a inserção na cidade das populações pobres, que não possuem recursos para adquirir terras e moradias dignas, as leva a adaptar-se a espaços e condições a que conseguem ter acesso, já que tem grandes dificuldades de se localizar e usufruir das regiões urbanas melhor estruturadas (VILLAÇA, 2001).

Nesse contexto, a desigualdade se apresenta explicitamente nas diferenças tipológicas - tanto habitacionais quanto urbanas - nas cidades brasileiras, nas quais verifica-se que grande parte das habitações (e muitas vezes do próprio espaço urbano) em que moram os pobres foram e vêm sendo produzidos diretamente pelos seus usuários em processos de autoconstrução, na maioria das vezes com pouco ou nenhum suporte técnico especializado (SAMPAIO e LEMOS, 1978; MARICATO, 1979; SANTOS, 1982). Tal ausência é justificada pela falta de renda suficiente para a contratação de serviços especializados, o que, articulado à insuficiência de políticas públicas habitacionais e urbanas para essa demanda⁴, contribui para a produção continuada de moradias e

2 Sobre essas abordagens ver: Oliveira (1972), Sampaio e Lemos (1978); Kowarick (1979); Bonduki e Rolnik (1979); Maricato (1979); Valladares (1980, 1982), Santos (1981; 1982).

3 Quando utilizo o termo precariedades para qualificar os espaços urbanos e habitacionais, me refiro à ausência total ou parcial de infraestruturas que são consideradas básicas para uma vida digna na cidade. No espaço urbano: rede de esgotamento sanitário, redes de abastecimento de água e energia elétrica, sistema viário pavimentado, iluminação pública, boas condições de acesso à regiões comerciais e equipamentos públicos locais e urbanos. No espaço habitacional: tamanho e quantidade de cômodos, instalações hidráulicas, elétricas e de esgoto, condições de ventilação e iluminação naturais, condições estruturais, de cobertura e de acabamento das moradias. Essas condicionantes físicas básicas só contemplam efetiva qualidade de moradia na cidade quando se somam às boas condições de inserção urbana, que possibilitem o usufruto coletivo dos espaços e atrativos urbanos.

4 Os recursos públicos investidos em políticas habitacionais e urbanas, ao longo dos anos, têm sido direcionados, prioritariamente, para produção de novas unidades habitacionais e, sobretudo, para rendas mais solváveis para os financiamentos. Um exemplo disso é o Banco Nacional de Habitação (BNH) que, entre 1964 e 1989 construiu cerca 4,3 milhões de unidades habitacionais para camadas acima de 2 salários mínimos e obrigatoriamente celetistas.

espaços urbanos que, muitas vezes, não atingem condições mínimas de habitabilidade.

Quanto ao universo de precarização que envolve os espaços de moradia dos pobres na cidade, aqui focado, vale ressaltar que é nas grandes concentrações metropolitanas, sobretudo nas capitais, que se dá a maior concentração de espaços precários em que habitam as populações pobres, ainda que essa lógica se reproduza com o processo mais recente de crescimento das cidades médias.

Nas grandes cidades brasileiras, altamente segregadoras da pobreza, a maioria de seus habitantes estão excluídos dos benefícios urbanos. Estima-se que, nas grandes cidades-capitais, entre 20% e 60% da população esteja morando em áreas de favelas, vilas, cortiços e outros tipos de habitação precária e informal, variando conforme a região do país, com maiores índices nas regiões Nordeste e Norte. (GORDILHO-SOUZA, 2014:4)

O alto índice de condições precárias do ponto de vista habitacional e urbano existente nas cidades tensiona as próprias categorias classificatórias consagradas, tais como formal-informal, centro-periferia, legal-ilegal, entre outros: em tão significativa proporção, estas não são, senão, partes integrantes de um mesmo modelo de urbanização que está em construção no Brasil, sendo sua coexistência, portanto, pressuposto do modelo e parte fundamental de sua forma de replicação (ROSA, 2014).

As regiões de maiores precariedades habitacionais e urbanas, relacionadas diretamente com as condições socioeconômicas de seus habitantes, convivem com regiões bem mais estruturadas do ponto de vista habitacional e urbano. Essa convivência, longe de ser pacífica, compõe a espacialização das desigualdades urbanas, que consolidam segregações espaciais, definindo regiões destinadas ao uso de determinados grupos sociais e excluindo do uso destas regiões outros grupos (SANTOS, 1998, 2008; VILLAÇA, 2001). Os espaços da cidade muitas vezes são privatizados, ruas e até bairros inteiros são fechados atravancando as condições de mobilidade e de fruição dos diversos espaços urbanos, o que implica no cerceamento de direitos aos moradores cidade.

E o direito aos espaços públicos, típicos da vida urbana tradicional? Hoje, os espaços públicos (praias, montanhas, calçadas etc) foram impunemente privatizados.

Temos de comprar ar puro, os bosques, os planos de água, enquanto se criam espaços privados publicizados, como os playgrounds ou ainda, mais sintomático, os condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção. O lazer na cidade se torna igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais. (SANTOS, 1998:48)

As condições de vida das populações pobres na cidade se agravam, já que, além de ocupar regiões urbanas precárias em moradias na maioria das vezes muito pequenas ou que não atendem às suas necessidades, não conseguem acessar livremente parte da infraestrutura urbana que deveria ser pública, de livre usufruto para todos, o que torna o circuito de espaços que podem usufruir na cidade bastante reduzido e na maior parte das vezes composto por espaços pouco infraestruturados.

No contexto atual, aquilo que seria benefício e usufruto de todos, como bem público, transfere-se para o escopo das “parcerias público-privadas”, nas quais os interesses

privados influem diretamente nos rumos da produção e dos usos dos espaços públicos, tendência que fortalece a concentração de renda e amplifica as condições de segregação espaciais já existentes.

Tais articulações são implementadas pelos novos arranjos público-privados, que repassam para as grandes corporações nacionais não apenas as definições dos projetos, mas a produção desses equipamentos urbanos e bens públicos (...) bem como o papel de gestão do equipamento, sem a destituição da propriedade pública. Não sendo, assim, definidos os novos conteúdos de espaços urbanos, que, crescentemente privatizados, transformam o sentido de “uso público” em “coletivo privado”. (GORDILHO-SOUZA, 2014:20)

Enquanto as cidades contemporâneas vão se construindo na reprodução dessa tensão complexa entre a acumulação concentrada e a manutenção dos espaços precários dos pobres, sob a égide das “parcerias público-privadas”, as definições em relação aos espaços urbanos que devem receber investimentos e sofrer intervenções são direcionadas pelos interesses de grupos e corporações que objetivam lucros, de modo que aos habitantes dos espaços precários, direciona-se pouca ou nenhuma atenção, e ainda, quando ela existe, ou significa a desocupação violenta de áreas valorizadas, ou intervenções pontuais e na maioria das vezes insuficientes.

Como fica claro nessa rápida contextualização, as condições estruturais e históricas em que se desenvolveram as cidades brasileiras, têm como resultado cidades absolutamente desiguais no que diz respeito à qualidade e acesso aos espaços que as compõem, caracterizando-as, portanto, como cidades pouco democráticas e que contém enormes desafios para o campo da arquitetura e do urbanismo.

Movimentos democráticos no âmbito da arquitetura e urbanismo no Brasil

Como contraponto a esse processo, podemos levantar as poucas, mas significativas, conquistas históricas realizadas até hoje, no Brasil, no sentido da garantia do “direito à cidade”, que podem ser considerados avanços democráticos e que apontam para mobilizações coletivas, envolvendo movimentos sociais dos quais participaram diferentes segmentos da sociedade - Movimento pela Reforma Urbana, Movimento dos Sem Teto, Movimentos de Moradia, para citar alguns -, que lograram alguns avanços institucionais, como a aprovação de leis federais como o Estatuto da Cidade e a Lei das Assistências Técnicas, que, embora possam ser consideradas importantes conquistas legais, ainda carecem de regulamentação e até o momento pouco impactaram o desenvolvimento urbano real (MARICATO, 2011; OSORIO, 2002).

Frente à complexa realidade introduzida panoramicamente na seção anterior, de cidades com amplas ocupações urbanas precárias e a partir dos desdobramentos trazidos pelas mobilizações sociais em torno das questões urbanas e habitacionais no país, um conjunto de experiências individuais e coletivas se desenvolveu a partir de meados do século passado, as quais se apresentam, ainda hoje, como alternativas de atuação para aquilo que se convencionou chamar de arquitetura e urbanismo de interesse social⁵.

⁵ A concepção de arquitetura e urbanismo de interesse social é aqui entendida como campo que vai se constituir a partir dos projetos e intervenções urbanas destinadas à população pobre e às regiões da cidade em que ela habita, sobretudo a partir dos anos 1960, consolidando-se nos anos 1990 e vindo a se configurar como um setor da atuação profissional com legislação, políticas públicas e formas de financiamento próprios. Para um panorama historiográfico dessa atuação ver: PULHEZ e ROSA (2016),

A necessidade de realizar intervenções urbanísticas e habitacionais nas áreas de moradia da população pobre da cidade, acaba sendo reconhecida como política pública a partir do crescimento das demandas da população e dos próprios assentamentos, em um contexto histórico em que predomina a postura de erradicação de favelas e assentamentos precários. Desde as primeiras ações estatais frente à questão habitacional no país, na década de 1940, estas vão se caracterizar prioritariamente pela construção de novos conjuntos habitacionais, com moradias padronizadas, então voltadas para a emergente classe de trabalhadores institucionalizados por categorias profissionais. Essa postura ganha fôlego e se torna o modo prioritário de intervir junto às camadas populares e seus espaços de moradia no período subsequente, com a criação da Fundação da Casa Popular, que propõe a existência de fundos federais específicos para a ampliação do crédito imobiliário, proposta que entretanto atingiu resultados pouco significativos (BONDUKI, 1998). A tal *modus operandi* se associa a implementação e consolidação das práticas remocionistas direcionadas ao “problema da favela” (VALLADARES, 2005; PULHEZ, 2007; ROSA, 2009).

É apenas a partir da década de 1960, período de emersão de movimentos sociais e urbanos no país, que ocorrem as primeiras intervenções urbanísticas que vão caminhar no sentido de entender as regiões consideradas precárias como viáveis de intervenção e constituição do espaço urbano. Nesse período, destacam-se as intervenções do SERFHA - Serviço Especial de Favelas e Habitações Anti-Higiênicas no Rio de Janeiro, ou, em outro contexto, mais ligado à mobilização social, do MUD - Movimento Universitário de Desfavelamento, em São Paulo, que irão atuar em projetos de remoção e assessoria à população favelada (PULHEZ, 2007). Em 1968, com a criação da CODESCO - Companhia de Desenvolvimento de Comunidades no Rio de Janeiro, são implementadas as primeiras propostas institucionais para a participação popular na urbanização de favelas, experiência que tem a urbanização da Favela Brás de Pina como a mais emblemática, sobretudo pela perspectiva de assessoramento técnico às populações na produção do espaço urbano e habitacional que tal experiência introduz de maneira mais sistemática no país (SANTOS, 1981).

Estas experiências, que se dão entre diversas outras nos anos 60⁶, trazem à tona uma gama de pautas que passam a ser inseridas dentro do campo da arquitetura e urbanismo no Brasil, tais como: o desenvolvimento de processos e metodologias de participação popular na elaboração de projetos arquitetônicos e urbanos, a maior aproximação entre saberes populares e saberes técnicos, o desenvolvimento de práticas engajadas com a deselitização do campo profissional, o surgimento do papel de assessoria técnica popular como ação de democratização do acesso aos conhecimentos técnicos envolvidos na produção dos espaços habitacionais e urbanos.

Salienta-se ainda a atuação, nesse período, dos movimentos sociais pelas reformas de base, nas quais situam-se as discussões em torno da habitação e da problemática urbana, que contribuíram na realização do Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU), promovido em 1963 pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), onde foram discutidas propostas para novas políticas habitacionais e urbanas (BONDUKI E KOURY, 2010). Tal seminário reforça esse momento em que as discussões no campo da arquitetura e do urbanismo apontam para a perspectiva transformadora da realidade das cidades e da sociedade brasileira, no sentido do avanço e democratização do

PULHEZ 2007, entre outros.

⁶ Vale destacar, nesse período, a experiência do arquiteto Acácio Gil Borsoi, no Recife – PE, quando estava na direção da Liga Social Contra o Mocambo, com o desenvolvimento do projeto para Cajueiro Sêco que envolveu a discussão de pré-fabricação com tecnologias tradicionais para a produção de habitações sociais acessíveis e autoproduzidas. Sobre tal experiência ver DE SOUZA (2009).

campo profissional.

Entretanto, esse movimento em prol de mudanças sociais sofrerá um hiato com o recrudescimento da repressão política a partir da instauração da ditadura militar, afetando aqueles nascentes instrumentos democráticos que viabilizavam processos de participação popular e urbanização de favelas, que são abruptamente interrompidos. A ampliação periférica da pobreza se dá de modo exponencial nesse período e os movimentos sociais urbanos voltam a se fortalecer apenas no contexto da redemocratização, principalmente a partir da segunda metade da década de 70.

Nesse momento, pautas que surgiram no período anterior dentro dos debates das reformas de base e do SHRU, voltam a ganhar força e se canalizam na estruturação do movimento pela reforma urbana, que reúne diversos setores progressistas interessados na pauta do desenvolvimento urbano. Já 1975, em Porto Alegre, o Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul propõe o programa de assistência técnica à moradia econômica (ATME), experiência que vai inspirar mais tarde a formulação da lei das assistências técnicas.

No que tange às questões habitacionais e urbanas, é a partir de meados da década de 80 que, a partir dessa renovada mobilização social no contexto urbano, vão emergir iniciativas ligadas às universidades - os laboratórios de habitação - que vão atuar como assistência técnica junto à população habitante de regiões precárias, trazendo para a pauta, novamente, a participação popular na elaboração - e agora também na execução - de projetos urbanísticos e habitacionais.

Se, por um lado, é no contexto de um certo relaxamento – ou escoamento – do torniquete militar que surgem os novos movimentos populares e, entre eles, um Movimento de Moradia numa cidade como São Paulo, por outro lado a possibilidade de uma presença mais ‘orgânica’ de técnicos junto a estes movimentos tem um momento significativo com a criação, em 1982, do Laboratório de Habitação da Escola de Belas Artes de São Paulo. (LOPES, 2011:51)

Os acúmulos ligados às experiências dos laboratórios de habitação, o fortalecimento dos movimentos sociais urbanos e do movimento pela reforma urbana, somados à primeira gestão do Partido dos Trabalhadores na prefeitura da cidade de São Paulo, reúnem as condições favoráveis para o que pode ser considerado o período mais fértil com relação à atuação e consolidação da prática de assistência técnica no país, a partir da constituição de organizações não governamentais que passaram a atuar como assessorias técnicas⁷ junto aos movimentos por moradia, na produção habitacional através do regime de mutirão autogestionário⁸. Essas experiências acabariam por reverberar em muitas outras cidades brasileiras, tendo proposições baseadas nas assessorias técnicas e mutirões autogestionários paulistanos sido implementadas em locais tão diversos como Fortaleza ou Belo Horizonte⁹, para citar algumas cidades onde esse desdobramento se deu.

7 Vale ressaltar aqui o conhecimento entre parte dos técnicos e lideranças populares envolvidas nesse processo em São Paulo das experiências das cooperativas de vivendas uruguaias e seus institutos de assessoria técnica, o que acaba exercendo influência nos modelos adotados e no imaginário autogestionário existente nesse momento.

8 Sobre a questão das assessorias técnicas e dos mutirões autogestionários, ver: Arantes (2002); Lopes (2011)

9 Sobre as experiências em São Paulo, Belo Horizonte e Fortaleza ver a pesquisa coordenada pela USINA – CTAH no escopo do PROGEST – Procedimentos Inovadores de Gestão da Produção Habitacional para População de Baixa Renda

Nesse contexto, se consolidam em São Paulo as assessorias técnicas aos movimentos de moradia, em uma conjuntura na qual arquitetos e urbanistas se posicionavam como atores importantes nos debates sobre a construção democrática, propondo novas formas de projeto e produção de moradia popular, a partir da aproximação entre “especialistas” e a população, experimentando metodologias e ampliando as perspectivas de atuação entre saberes técnicos e saberes populares. (ROSA, 2015, mimeo)

Salienta-se, na experiência das assessorias técnicas em São Paulo, uma gama considerável de inovações no que se refere ao enfrentamento da problemática habitacional, tais como: aproximação entre movimentos populares e técnicos¹⁰, o desenvolvimento de metodologias projetuais participativas, a gestão compartilhada da obra e a organização autogerida do canteiro dos mutirões, assim como a capacitação da mão de obra mutirante e a pesquisa e aplicação de materiais e tecnologias mais apropriados a tais processos. Ao fim da gestão de Luiza Erundina na prefeitura de São Paulo, a política de incentivo aos mutirões diminui muito seu ímpeto e, na década seguinte, tem uma redução contínua, o que não impede sua disseminação no imaginário de profissionais e nas escolas espalhadas pelo país como perspectiva de atuação em arquitetura e urbanismo de interesse social, fazendo-se reverberar como influência de práticas, metodologias e forma de atuação para diferentes iniciativas posteriores em todo território nacional.

Será a partir da gestão do Partido dos Trabalhadores no governo federal, com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e do novo Sistema Nacional de Habitação e do Fundo Nacional de Habitação, que se renovarão as perspectivas em torno da atuação progressista em arquitetura e urbanismo, sobretudo com o desenvolvimento dos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, os Planos Locais de Habitação de Interesse Social, entre outros planos setoriais, espalhados por todo o país, assim como a realização das rodadas de Conferências: Municipais, Estaduais e Nacionais das Cidades. Em 2008, amparada por uma ampla discussão nacional, é aprovada a Lei Federal 11.888 da Assistência Técnica Gratuita, que garante apoio técnico para habitação de interesse social. Embora aprovada com o propósito de disseminar a concepção de assistência técnica para a produção de moradias populares, tal lei ainda carece de regulamentação, já que não determina os fundos para sua aplicação (proposta contida no Projeto de Emenda Constitucional - PEC da moradia, que atualmente não tem previsão de votação).

Paradoxalmente, ainda em 2008 inicia-se uma significativa mudança na atuação do Ministério das Cidades e do governo federal em relação às políticas urbanas e habitacionais no país, com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o qual flexibiliza diretrizes do próprio MCidades em relação à problemática da habitação de interesse social. O programa prevê a construção de unidades habitacionais pela iniciativa privada, a partir de financiamento público, e acaba se configurando como o retorno da produção massiva de habitações padronizadas, com muitas situações de baixa qualidade arquitetônica e urbanística. O PMCMV Entidades, que se colocava como uma alternativa direcionada a grupos organizados e que poderia fortalecer a ação das assistências técnicas, acabou se configurando como residual, atingindo menos de 3% do recurso destinado ao PMCMV¹¹.

10 Quanto a essa aproximação entre movimentos populares e saberes técnicos, vale ressaltar a atuação de algumas prefeituras municipais que tinham nesse período gestões progressistas e que se destacaram no sentido de desenvolver amplos processos de participação popular na gestão da cidade, como é o caso de Santo André e Porto Alegre.

11 Para uma abordagem crítica e aprofundada sobre o Programa Minha Casa Minha Vida ver, entre

O PMCMV vai significar, no quadro macro econômico mundial, o alinhamento do Brasil ao processo de financeirização da habitação, que já vinha se desenvolvendo em muitos outros países como parte da agenda das políticas neoliberais - dentre os quais se destaca as similaridades do caso brasileiro com as políticas habitacionais que foram desenvolvidas no Chile alguns anos antes (ROLNIK, 2015; SHIMBO, 2010). Esse alinhamento neoliberal será justificado internamente como uma fórmula de combate à crise econômica mundial que precionava o Brasil, e que teve sua origem no estouro da bolha imobiliária americana anos antes.

A produção de habitação de interesse social pelo mercado se espalha de forma desregulada por todo o país, com a produção de mais de 4 milhões de habitações pelo território nacional, o que acaba – em tão virtuosos números - se conformando como a principal marca das gestões do Partido dos Trabalhadores no governo federal, no que diz respeito ao impacto real no desenvolvimento urbano brasileiro. A profusão de novos conjuntos habitacionais com qualidade e inserção urbana no mínimo questionáveis, evidencia os limites do que se considerou “avanços” das novas políticas promovidas pelo Ministério das Cidades, já que num balanço crítico dos últimos 15 anos de desenvolvimento urbano parece bastante difícil identificar que em 2018 as cidades brasileiras estão melhores do que estavam em 2002.

Essa dura realidade, de poucos avanços no balanço do desenvolvimento urbano real durante o período de atuação do MCidades, tensiona as estratégias de institucionalização que parecem ter se configurado como confluências históricas das correntes políticas que compõe o que aqui denominamos campo progressista em arquitetura e urbanismo. As disputas encampadas por tal campo se caracterizaram, ao longo das últimas décadas, por iniciativas de consolidação de políticas públicas, e articulação de instituições democráticas que reunissem capacidades políticas e técnicas para lidar com a complexidade do fenômeno urbano brasileiro. O balanço crítico da experiência do MCidades parece desafiar a eficácia de tais confluências estratégicas, visto que o campo progressista mencionado se apresenta atualmente mais enfraquecido, mais fragmentado e menos propositivo em vista de cidades cada vez mais caóticas, desiguais e violentas.

Eclosões e rearranjos contemporâneos

Na tentativa de nos aproximarmos da complexidade dos dilemas contemporâneos, parece importante destacar aqui algumas intensas movimentações sociais que ocorreram na última década e que abalaram as estruturas políticas por onde ocorreram, proporcionando rearranjos importantes e indícios significativos que valem ser melhor perscrutados, e que impactam diretamente a atual conjuntura em que se insere a produção das cidades e a atuação dos arquitetos e urbanistas progressistas no Brasil.

O novo ciclo de crise econômica do capitalismo global que se inicia com o estouro da bolha imobiliária americana em 2007, apresenta reflexos em países da Europa e de outros continentes num rastro de escassez de crédito e desemprego, o que assombra a economia brasileira e gera a reação do governo local, que lança o PMCMV como uma estratégia de combate à crise. O espraiamento deste ciclo de crise impulsiona novos avanços das políticas neoliberais, que preconizam o corte dos gastos públicos, o arrojo fiscal e a diminuição das estruturas dos estados nacionais e por consequência dos direitos sociais.

outros, Shimbo (2010); Cardoso (2013); Santo Amore, Shimbo e Ruffino (2015).

É nesse contexto de crise cíclica que em 2011 ocorrem, em diferentes países, várias convulsões sociais que acabaram ganhando um caráter global - em seu conjunto essas eclosões vão ser conhecidas como “Ocupas”. Tais manifestações aparentemente apontam para uma conjunção de fatores em comum, tanto no que diz respeito às condições para sua eclosão em diferentes cantos do planeta, quanto pelo seu “modus operandi”.

No ano de 2011 ocorreu um fenômeno que há muito não se via: uma eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares em cada região, mas com forma de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua. Uma onda de mobilizações e protestos sociais tomou a dimensão de um movimento global. (CARNEIRO, 2012:7)

O que mais chama a atenção nessas manifestações são seu tamanho e seu caráter relativamente independente, já que não se ligam diretamente nem aos governos nem à oposição política dos países em que ocorrem, criando assim um espaço político novo que emerge sem avisos prévios e são estarecedores exatamente por isso, já que não podem ser rapidamente identificados, rotulados e anulados, como de maneira geral ocorreu com tantos outros protestos ao longo do tempo.

A consciência política rebelde, órfã dos aparatos e desconfiada da política institucional, emerge atualmente em manifestações de rebelião, muitas vezes espontâneas, em que até torcidas organizadas, como no Egito, cumprem um papel de vanguarda revolucionária. (CARNEIRO, 2012:13)

Esse espaço político novo, criado por estes protestos, são imediatamente assimilados pelas forças políticas existentes, interessadas em colher seus bônus, o que faz surgir uma diversidade de narrativas sobre os mesmos, narrativas em disputa na tentativa de “capturar” politicamente os dividendos gerados por tais eclosões.

Embora possamos considerar que os fatores motivadores mais amplos podem ser direcionados ao atual estágio do capitalismo global, com altos índices de desemprego e o ajuste fiscal das políticas neoliberais, como é apontado por vários autores, entendemos que existem indícios de outros fatores contemporâneos menos ligados a esse possível mote geral, que podem ser interpretados como atravessamentos tecnológicos, que emergem a partir da análise de suas formas de organização, de comunicação e de “viralização”. As possibilidades experimentadas pela juventude atualmente, no que toca ao acesso e disseminação tecnológica, e ao enorme banco de informações acessíveis pela internet é algo sem precedentes na história da humanidade, e nos parece estar completamente articulado com a forma como as ocupações se deram.

A gestão dos Ocupas - que ocorrem sem instituições, sem partidos, sem lideranças clássicas, a partir de um “igualitarismo democrático radical”, conforme definiu Peschanski (2010) - nos parece uma realidade menos alicerçada em processos de formação de quadros políticos, em referências históricas anteriores, ou ainda em leituras políticas aprofundadas, e mais nas formas práticas de diálogo e organização que a juventude experimenta em fóruns, chats instantâneos e postagens em espaços da internet, numa reprodução ficcional do que poderia ser uma arena pública em que todos tem direito a voz.

(...) Em todos os países houve uma mesma forma de ação: ocupações de praças, uso de redes de comunicação alternativas

e articulações políticas que recusavam o espaço institucional tradicional. (CARNEIRO, 2012:8)

A recusa aos espaços institucionais e a utilização de redes de comunicação alternativas nos parece apontar para as apropriações tecnológicas dessa geração, que tem acesso a meios de se informar e de se comunicar que nenhuma outra antes teve. De forma que essa pode ser uma questão chave para a compreensão dos protestos de 2011 e que os ligam aos protestos de 2013 no Brasil, apontando novas tendências para manifestações futuras.

Nesses termos, qualquer forma de análise que procure classificar e identificar tais protestos segundo as tradicionais categorias já existentes tem grande chance de sucumbir. “O único sentido em que os manifestantes são comunistas é o de se preocuparem com os bens comuns – da natureza, do conhecimento -, ameaçados pelo sistema.” (ZIZEK 2012, pg 17). As classificações políticas conhecidas como direita, centro e esquerda não são reivindicadas pelos manifestantes e provavelmente não possam ser aplicadas, a não ser com muitas ressalvas, de forma a praticamente descaracterizá-las.

Na tentativa de reunir alguma lógica ao conjunto dos protestos de 2011, no plano organizativo entendemos que se referem à novas formas de comunicação, de organização e de ativismo viral, que parecem corresponder diretamente ao acesso e apropriação tecnológica pela juventude; já no plano das pautas políticas se apresentam como uma demonstração difusa de insatisfação, que aponta para a crise das instituições em todos os níveis, abalando assim o disseminado conceito de democracia em que nos alicerçamos ao menos no último século.

Jornadas de 2013

Em muitos aspectos nos parece possível afirmar que as jornadas de 2013 no Brasil só foram possíveis porque existiram as eclosões de 2011 em vários cantos do mundo. A espontaneidade com que um estopim disparado pelo MPL – Movimento Passe Livre convulsionou em uma infinidade de pautas e grupos diferentes nas ruas de várias cidades brasileiras é algo inédito na história do país, principalmente se levarmos em conta que não havia, no início dos protestos, chamadas realizadas por nenhum dos setores políticos tradicionais brasileiros.

O que se viu foram diversas eclosões simultâneas e que não respondiam às estruturas conhecidas, chegando a tal vulto que o próprio MPL - que iniciou os protestos em função do aumento do preço da tarifa dos transportes coletivos em São Paulo – acabou negando a responsabilidade pela organização da imensa diversidade de protestos em todo o país, que ocorreram de forma autônoma e sem controle.

Como em 2011, a partir das jornadas de junho são muitas as narrativas que se apresentam em disputa, tentando dar coerência à difusão dos protestos e procurando capitalizar politicamente os mesmos. As formas de organização também se apresentam de forma diversa das tradicionais, e a profusão de pautas reivindicadas passam por muitas contradições e divergências.

Contra esse modelo baseado em estruturas verticais e centralizadas, movimentos como o Occupy e outros propõem formas horizontais de decisão, sem personificação de lideranças nem comando de partidos e comitês centrais. Esta foi também parte da “surpresa” das ruas: onde estão as bandeiras e os carros de som com os megafones?

Quem são os líderes? Quem manda? O apartidarismo ganhou sua versão fascista, antipartidária, quando militantes de partidos quiseram aderir às manifestações e foram espancados... pelos próprios manifestantes. (ROLNIK, 2013)

Novamente as instituições acabam sendo parte importante do foco das manifestações, que utilizam novos meios de comunicação e organização, a partir da apropriação e disseminação tecnológica que dá forma à novas práticas de protesto, que vão apontar, em seu conjunto, para a imensa crise institucional brasileira e uma espécie de ânsia por participação nas decisões que afetam a vida de todos.

A questão da representação não envolve apenas a crise dos partidos e da política e, portanto, a necessidade de uma reforma política, uma das principais agendas das ruas. Segundo Venício, “os jovens manifestantes se consideram ‘sem voz pública’, isto é, sem canais para se expressar”. Twitter, Facebook e as demais redes sociais, outros personagens dessa trama, não garantem a inclusão dos jovens – e de vários outros segmentos da população brasileira – na chamada “formação da opinião pública”, cujo monopólio é exercido pela grande mídia. (ROLNIK, 2013)

Nas jornadas de junho de 2013, as grandes emissoras de TV - em particular a rede Globo - foram alvos dos manifestantes, tendo parte de suas instalações e equipamentos quebrados pelos mesmos, num apontamento evidente de insatisfação com os conteúdos e versões apresentados na TV. Na sociedade do *podcast*¹² as versões disponíveis na internet são muitas, a possibilidade crítica de confrontar versões sobre os mesmos fatos enfraquece muito o poder de disseminação ideológica da mídia tradicional, que montou seu império informacional baseado na tecnologia do *broadcast*¹³, que perde espaço rapidamente nos dias de hoje.

Na atual conjuntura comunicacional a própria idéia de “opinião pública” está em crise - enquanto controlar poucos emissores poderosos sempre foi o meio de controlar a “opinião pública” e por consequência, consolidar uma correlação de forças políticas na sociedade favorável às suas intenções, os poucos grupos poderosos que sempre controlaram a sociedade democrática têm hoje um grande desafio ao tentar controlar uma infinidade de emissores na internet. Esse quadro desenha a disputa em torno da “opinião pública”, o que vem fazendo os grandes meios de comunicação explicitarem mais os seus discursos, na procura de manter seus meios de controle, que se encontram em claro declínio, muito embora ainda aglutinem bastante força. De forma que o próprio controle da internet se torna uma arena central da disputa política. (AMADEU, 2009; AFONSO, 2010)

Novamente, o que parece emergir são os atravessamentos tecnológicos, que permitem mudanças estruturais na forma como as sociedades democráticas se organizaram ao menos durante todo o século XX, e vêm ocasionando, possibilitando, proporcionando novas formas de organização que não estão atreladas às estruturas políticas que tradicionalmente disputaram as sociedades democráticas, já que não se articulam em torno de arranjos institucionais e sim de redes de coletivos e indivíduos conectados, que mesmo sendo pouco palpáveis do ponto de vista de sua estrutura, conseguem apresentar à arena pública alterações nas correlações de forças historicamente

12 Podcast - meio de emissão de arquivos multimídia na internet, que se baseia na existência de uma grande quantidade de emissores e uma grande quantidade de receptores.

13 Broadcast - meio de emissão e transmissão de áudio e vídeo por sinais de rádio e televisão, que se baseia na existência de um único transmissor para uma grande quantidade de receptores.

estabelecidas.

Atravessamentos tecnológicos e as disputas democráticas

As intensas transformações sociais e tecnológicas na sociedade contemporânea têm impactado diretamente os debates sobre a sociedade democrática e os direitos sociais em todo o mundo, com revisões sendo realizadas sobre as legislações que regulamentam tais direitos e novos arranjos nas relações entre as instituições democráticas sendo promovidas inclusive no Brasil, que se encontra imerso em uma absoluta incerteza em torno da instabilidade do cenário político democrático, que segue testando os limites nas relações entre os poderes executivo, legislativo e judiciário.

Esse quadro, que pode ser caracterizado como uma crise institucional e política profunda, é atravessado intensamente pelas novas possibilidades tecnológicas, como a comunicação proporcionada por chats instantâneos e redes sociais, o uso de gravações via smartphone, ao mesmo tempo que fomentado pelos grandes veículos de mídia, que disputam a manutenção de uma hegemonia de comunicação que aparenta ter prazo de validade. O enorme manancial de dados e ferramentas disponíveis hoje na internet proporciona novas formas de organização, de controle e de disputa da sociedade. Entre as inúmeras formas e estruturas tecnológicas de interação disponíveis na internet, é possível identificar uma diversidade de posturas políticas compondo matizes que vão do alinhamento aos interesses da mídia hegemônica e que portanto, procura manter as estruturas de poder e a correlação de forças já existentes na sociedade, às iniciativas autônomas que procuram questionar e propor novas formas de organização e correlação de forças na sociedade.

No campo do controle e manutenção do *status quo* encontram-se grandes grupos que tentam monopolizar as forças de comunicação existentes na internet, e para tanto criam formas inovadoras de coletar e analisar os dados disponíveis. Martin Hilbert, assessor de tecnologia do Congresso dos EUA, em recente entrevista à BBC nos apresenta parte das estratégias hegemônicas possíveis nos tempos de “mineração de dados”¹⁴.

(...) Pesquisadores da Universidade de Cambridge, no Reino Unido, fizeram testes de personalidade com pessoas que franquearam acesso a suas páginas pessoais no Facebook, e estimaram, com ajuda de um algoritmo de computador, com quantas curtidas é possível detectar sua personalidade.

Com cem curtidas poderiam prever sua personalidade com acuidade e até outras coisas: sua orientação sexual, origem étnica, opinião religiosa e política, nível de inteligência, se usa substâncias que causam vício ou se tem pais separados. E os pesquisadores detectaram que com 150 curtidas o algoritmo podia prever sua personalidade melhor que seu companheiro. Com 250 curtidas, o algoritmo tem elementos para conhecer sua personalidade melhor do que você. (HILBERT, 2017)

Para encontrar êxito, esse tipo de estratégia precisa desenvolver determinados “serviços” de interação social que facilitem a apropriação dos usuários, de forma a

¹⁴ Mineração de dados é o nome dado entre programadores para o processo de aplicação de algoritmos que fazem intensos cruzamentos de dados, misturando fontes e gerando diferentes filtros das informações disponíveis nas nuvens.

que se sintam bastante à vontade e assim compartilhem todo tipo de informação; essa profusão de dados diversos é parte fundamental do funcionamento da mineração de dados. Com esse tipo de uso, as possibilidades e os impactos da disseminação tecnológica ganham outra proporção, passamos a falar do controle social realizado com uso de inteligência artificial e a partir do qual as estratégias hegemônicas de manutenção do status quo podem se pautar.

Para uma empresa de marketing ou um político em busca de votos, é algo muito interessante. Com o chamado big data (análise de grandes volumes de dados oriundos do uso de internet) também elevamos muito o poder de previsão das Ciências Sociais. Desenvolver um algoritmo de inteligência artificial pode custar milhões de dólares. Mas uma vez criado pode ser aplicado a todos. Então é algo que está sendo empregado rapidamente em outros países.

A operadora de celular Telefônica, bastante ativa na América Latina, trabalhou muito em previsão de localização. E até já começou a vender esse tipo de informação. Então caso você queria abrir uma empresa em alguma capital da América Latina para vender gravatas, você paga e te dizem em que hora e onde os homens caminham. E você fica sabendo em qual saída do metrô deve instalar sua loja. (HILBERT, 2017)

Como podemos perceber, o atual nível de desenvolvimento tecnológico e comunicacional nos coloca perante um grande paradoxo, que transita entre as ideias da liberdade de expressão e comunicação e um processo perverso de controle social pelos grandes grupos empresariais que acessam e vendem as informações que nós mesmos disponibilizamos sobre nosso meio de vida na web (AMADEU 2010). A esse processo que aqui apresentamos, podemos denominar de meios de comunicação hegemônicos, do qual fazem parte, além dos grandes veículos de mídia tradicional, as grandes plataformas de comunicação contemporânea: google, facebook, youtube, entre tantos outros. Como estratégia básica, tais plataformas procuram difundir um ideário libertário de participação em uma comunidade global livre, muitas vezes sem deixar claro aos usuários como farão uso de suas informações.

A internet hoje, embora seja cada vez mais composta por espaços e plataformas privadas que se travestem de “serviço público e gratuito”, como se fossem baluartes de direitos comunicacionais universais, ainda mantém muitos espaços relativamente livres dessa lógica hegemônica de mercantilização de dados individuais que são usados como propriedades mineráveis. Os espaços dessa outra lógica são mantidos por grupos, coletivos, indivíduos e iniciativas ditas alternativas, que utilizam e desenvolvem tecnologias a partir da colaboração, do compartilhamento e de outras formas de lidar com a propriedade intelectual. (SILVA, 2010; AMADEU, 2010)

Nesse bojo de transformações sociais atreladas à disseminação de novas tecnologias que permitem a troca de conteúdos, a reprodução e prototipagem de uma infinidade de mídias e veículos materiais, têm tomado corpo diferentes iniciativas nos campos artísticos, culturais e tecnológicos, e que reúnem experiências conhecidas como: conhecimentos livres, cultura livre, recursos educacionais abertos, *open source*, metareciclagem, *softwares* e *hardwares* livres, entre outros, e que trazem como parte de seus princípios a generosidade intelectual e passam a propor formas mais flexíveis de lidar com os direitos autorais, novas formas de circulação de informações e diferentes cuidados com a segurança dos dados privados. Entre outras iniciativas, vale destacar a licença *creative commons* que surge nesse contexto, permitindo que os autores registrem suas obras e indiquem para que elas podem ser utilizadas sem necessidade de autorizações futuras: essa perspectiva de troca intensa de informações e apropriação de trabalhos coletivos vem sendo apontada como parte fundamental

dos processos de inovação e desenvolvimento tecnológico em curso (BUSTAMANTE, 2010; LEMOS, 2009; SILVA, 2010; ROSSINI, 2010).

É o que mais claramente se verifica nos setores que mais recentemente vêm surgindo como elementos centrais da economia global, como a informação, o conhecimento e a comunicação. Os usuários da internet e os especialistas em cibernética insistem em que a abertura do patrimônio eletrônico comum, foi o fator primordial que permitiu a grande inovação do período inicial da revolução da informação, e em que hoje a inovação vem sendo cada vez mais constrangida pela propriedade privada e pelos controles governamentais que limitem o pleno acesso a livre troca. O mesmo se aplica aos diferentes campos da produção do conhecimento. (HARTD e NEGRI, 2005:423)

Seguindo estas intenções de desenvolvimento colaborativo, existem muitas plataformas desenvolvidas em software livre e que seguem os princípios da licença GPL ²¹⁵, que apresentam ferramentas criptografadas para a troca de conteúdos, além de garantir a propriedade do usuário sobre seus próprios dados. Dentre elas, vale destacar a plataforma Git Hub, que foi desenvolvida por Linus Torvalds¹⁶, e que serve diretamente para potencializar o desenvolvimento colaborativo de código-fonte, com controle refinado de versões e das colaborações realizadas por cada indivíduo, permitindo o trabalho continuado, seguro e simultâneo entre programadores de qualquer ponto de acesso à internet.

Com esse breve panorama pretendemos sinalizar que, embora as novas tecnologias venham proporcionando alternativas bastante importantes nas formas de organização da sociedade, podendo assim proporcionar vislumbres de novos horizontes e proposições para o campo progressista, elas também trazem consigo novas formas de controle e manutenção das hegemonias já existentes nas sociedades. Nesses termos, o que se configura são novos campos de disputa e que vêm rapidamente se consolidando e sendo demarcados, como podemos perceber no caso do marco civil da internet no Brasil¹⁷ e na discussão em torno da neutralidade da rede (AFONSO, 2010).

Um dos pontos cruciais dos debates sobre uma cibercidadania é a análise do princípio de neutralidade da rede em relação às possibilidades de bloquear ou discriminar os fluxos informacionais, reivindicado pelos controladores da infraestrutura de conexão. (AMADEU, 2010: 7)

As disputas sobre as condições hegemônicas de controle e reprodução da sociedade ganham novos contornos com as transformações tecnológicas, os campos de atuação

15 GPL 2 – Licença Pública Geral, versão 2. Licença idealizada por Richard Matthew Stallman, em 1989 e que se baseia em quatro liberdades: 1- A liberdade de executar o programa para qualquer propósito; 2- A liberdade de estudar como funciona o programa e poder adaptá-lo às suas necessidades; 3- A liberdade de poder distribuir cópias do programa; 4- A liberdade de aperfeiçoar o programa e liberar esses aperfeiçoamentos, de modo que toda a comunidade se beneficie deles. Ver sobre em: <https://www.gnu.org/licenses/old-licenses/gpl-2.0.html>

16 Para além do desenvolvimento do Git Hub, Linus foi um importante desenvolvedor do Linux, sistema operacional *open source* que tem em seu nome uma homenagem a Torvalds, que se destacou como entusiasta da colaboração intelectual tendo participado dos primeiros passos do que hoje chamamos de rede mundial de computadores.

17 Sobre as disputas em torno do marco civil da internet, no qual parte dos debates se deram em torno da neutralidade da rede, em que alguns setores que compõe o CGI – Conselho Gestor da Internet no Brasil defenderam a hierarquização na troca de pacotes e protocolos da internet, que implicaria na diferenciação dos fluxos de alguns protocolos e pacotes elencados em detrimentos de outros, ver: AMADEU 2010.

desse debate se espalham em diversas áreas e avançam rapidamente naquelas que são consideradas estratégicas, como nos parece ser o campo da comunicação, o que aponta para a necessidade de atualização e de compreensão da abrangência da pauta tecnológica e comunicativa que cria interfaces em praticamente todos os campos da atuação humana, incluídos aí a arquitetura e o urbanismo.

Considerações finais

Se observarmos a sequência de informações já apresentadas nesse texto, teremos fragmentos um tanto desconexos - isso não se dá por acaso, já que reflete a desconexão entre o histórico do campo progressista de arquitetura e urbanismo brasileiro e as movimentações de descontentamento da sociedade contemporânea. Essa desconexão parece se explicitar claramente a partir de 2008, mas provavelmente estava em curso há bem mais tempo, e fica completamente visível a partir das jornadas de junho de 2013, momento em que debates urbanos que sempre foram caros a esse campo passam a ser parte das pautas das ruas, sem que exista alguma articulação efetiva do mesmo com as manifestações em curso.

Como apresentamos na primeira e na segunda partes deste texto, é possível identificar articulações – mesmo que não hegemônicas - entre o campo progressista de arquitetura e urbanismo e o desenvolvimento urbano brasileiro ao menos durante o século XX, que se dão através da interação histórica de arquitetos e urbanistas no enfrentamento das questões da cidade real no Brasil. Isso se inicia na aproximação do campo às questões das habitações de interesse social (HIS), passando pelo enfrentamento das urbanizações de favela, pela articulação do movimento pela reforma urbana, pelo desenvolvimento dos laboratórios de habitação nas Faculdades de Arquitetura e Urbanismo, e pelas assessorias técnicas a movimentos populares, para citar alguns exemplos aqui esboçados.

Esse processo histórico gera acúmulos no sentido dos saberes e fazeres próprios do enfrentamento da cidade real para o campo de arquitetura e urbanismo, como se percebe nas metodologias participativas de projeto, nas trocas entre saberes técnicos e saberes populares, no desenvolvimento e experimentação de tecnologias construtivas, nas experiências de canteiros autogestionários, entre muitos outros. Tais acúmulos concorreram também para importantes conquistas no plano legislativo, como a inserção do capítulo sobre a política urbana na Constituição Federal de 1988, a aprovação em 2001 do Estatuto da Cidade e em 2008 da Lei das Assistências Técnicas. Toda essa gama de experiências, conhecimentos, articulações e leis confluem – entre outras coisas – para a conformação da arquitetura e urbanismo de interesse social como uma área de atuação institucionalizada, com legislação e forma de financiamento próprios.

A esse processo de institucionalização que se dá, principalmente, ao longo da segunda metade do século XX, pode ser atribuído parte da desconexão entre o campo progressista de arquitetura e urbanismo e as manifestações sociais contemporâneas, já que tal campo se direcionou fortemente para a atuação institucional e se ocupou da formulação e implementação de políticas públicas e peças de planejamento urbano e regional, assim como se concentrou na aproximação junto a lideranças de movimentos sociais institucionalizados e partidos políticos considerados progressistas, tendo consolidado poucos canais de conexão direta com a cidade real. Nesses termos, as manifestações sociais contemporâneas - que se apresentam avessas às instituições formais, que não têm a participação das lideranças de movimentos sociais tradicionais e nem de partidos políticos em sua organização – embora, por um lado, carreguem pautas que as aproximam dos debates urbanos historicamente construídos, por outro, se apresentam como insurgências sem conexões com um campo que afunilou seus

canais de comunicação ao direcionar sua atenção à institucionalização do debate urbano e habitacional.

Para além dessa perspectiva divergente entre o processo de institucionalização do campo de arquitetura e urbanismo de interesse social e a confluência anti institucional das eclosões das primeiras décadas do século XXI, poderíamos identificar muitas outras questões que demonstram os afastamentos entre o que representam tais manifestações sociais e os debates institucionais do campo de arquitetura e urbanismo. Afastamentos estes que são entendidos aqui como pistas para possíveis compreensões dos dilemas éticos em que o dito campo progressista de arquitetura e urbanismo está imerso na atualidade.

Nos parece possível verificar que os atravessamentos tecnológicos, assim como apresentados nesse texto, constituem uma perspectiva estruturante desses afastamentos, visto que trazem em si diferentes inovações no que diz respeito às formas de organização e sociabilidade, de troca, colaboração e compartilhamento, que, como apresentamos, estão diretamente ligados às referidas manifestações e que, ao nosso ver, têm pouca relação com os interesses e debates em que se concentram os arquitetos e urbanistas, o que também se aplica especificamente ao campo progressista de arquitetura e urbanismo.

Uma nova gama de anseios, de desejos, de estruturas culturais e sociais emergem como aspectos que fogem, a partir das transformações em curso, dos canais institucionais de interação e controle social. Isso impacta diretamente o potencial organizativo do campo progressista como um todo, afetando paradigmas, horizontes políticos e perspectivas democráticas. Tal vulto de instabilidades utópicas abalam as históricas construções, disputas e conquistas em prol de cidades mais democráticas no Brasil.

Pouco se vê nas escolas, nos escritórios, nos órgãos de classe, nas associações e eventos representativos do campo da arquitetura e urbanismo proposições que dialoguem com esses emergentes princípios de organização, de troca, de colaboração e compartilhamento. Ainda impera no campo o conceito extemporâneo do “gênio criativo”, da capacidade de síntese do arquiteto, dos direitos autorais “duros” baseados no conceito de propriedade intelectual, que acabam validando hierarquias pouco assimiláveis pela juventude, e que se verificam desde as relações muitas vezes estanques entre pesquisas, pesquisadores e grupos de pesquisas nas universidades; passando pelas equipes de projeto dos escritórios e instituições públicas, nos quais muitas vezes as decisões de projeto são concentradas nas mãos de poucos que delegam funções a toda a equipe; até as relações altamente hierarquizadas que se desenvolvem na maior parte dos canteiros de obras em que os arquitetos atuam, nos quais o desenho arquitetônico desempenha um papel bastante autoritário (FERRO 2006).

Precisamos livrar-nos da noção de que a inovação depende do gênio de um indivíduo. Nós produzimos e inovamos juntos apenas em redes. Se existe um ato de gênio, é o gênio da multidão. (HARDT e NEGRI, 2005:423)

O próprio monopólio quase absoluto de *softwares* proprietários dentro do campo de arquitetura e urbanismo, com praticamente a totalidade das universidades públicas nacionais disseminando tecnologias CAD privadas, ao invés de se preocupar em colaborar com o desenvolvimento de *softwares* livres de uso público, nos parece uma demonstração do quanto estamos distantes - enquanto campo - dos debates contemporâneos que envolvem tecnologia e comunicação. Se nem o uso de código aberto em *softwares* é pauta do campo, o que dizer de seus desdobramentos nos

conceitos de conhecimentos livres, licenças flexíveis, generosidade intelectual e recursos educacionais abertos.

A necessidade de atualização do campo nos parece vasta e urgente. Parte das questões podem ser encaradas como diferenças geracionais inseridas em processos acelerados de desenvolvimento tecnológico e, nesse sentido, não se restringem à arquitetura e ao urbanismo, afetando todos os campos de atuação - como se percebe, por exemplo, na tensa relação entre ensino formal e autodidatismo, em que muitas vezes as escolas se apresentam de forma bastante desinteressante aos estudantes, já que podem encontrar, de acordo com seus interesses, muitas informações disponíveis na internet.

O que se desenha é a necessidade de amplas revisões de conceitos centrais nos quais a construção histórica do campo de arquitetura e urbanismo se baseou. Um exemplo disso é o conceito de colaboração intelectual, que por princípio é coletivo e não hierarquizado, o que tensiona o conceito de autoria - tão caro para o meio de arquitetos e urbanistas e que é muito mais individualista e hierárquico - e encontra, por isso mesmo, muita resistência dentro dos meios de arquitetura e urbanismo já estabelecidos. Nesses meios, os atravessamentos tecnológicos deixam de ser observados na perspectiva das potenciais transformações que ensejam, e que, enquanto tal, poderiam potencializar a troca de informações e tecnologias de forma a facilitar a diminuição da distância entre os saberes técnicos, políticos e populares em prol do enfrentamento da complexa realidade das cidades.

As cidades brasileiras de modo geral, e mais diretamente as imensas áreas de moradia e convívio das camadas populares, apresentam demandas claras para os meios críticos de arquitetura e urbanismo. Nos parecem bastante promissoras as perspectivas de apropriação das novas formas de organização, de troca, de compartilhamento e de colaboração que os atravessamentos tecnológicos apresentam, no sentido de viabilizar novas experiências de interação com a cidade real que potencializem as trocas entre os saberes técnicos e populares, o que pode caminhar para o desenvolvimento de uma arquitetura e urbanismo de “código aberto”, apropriáveis, adaptáveis, reutilizáveis, cambiáveis, que por ter estas características possam se adequar melhor às realidades em que se inserem.

O código aberto só gera potencial criativo quando aqueles que o acessam têm capacidade de compreensão dos mesmos: nesses termos, é premente o estabelecimento de linguagens capazes de potencializar os diálogos e trocas entre os saberes, rompendo as barreiras que contribuem para que os saberes se tornem herméticos, o que, em arquitetura e urbanismo, poderia fazer caminhar para a produção de espaços e cidades mais acessíveis e democráticas, na perspectiva de “*uma sociedade dos códigos fonte abertos, ou seja, uma sociedade cujo código-fonte é revelado, para que todos possam trabalhar em cooperação na solução de seus problemas e na criação de novos e melhores programas sociais.*” (HARDT e NEGRI, 2005:425). Em vista de tão vasta tarefa, frente a um campo que já está consolidado sob bases e princípios bastante diferentes, como visto, o desafio que se coloca é tão promissor quanto difícil.

Num momento histórico que potencializa tão abertamente o autodidatismo, para além das formalidades, o título de arquiteto e urbanista parece cada vez mais afastado do reconhecimento social de um saber consequente. Os desafios para um campo progressista que lutou historicamente pela democratização da arquitetura e do urbanismo no Brasil, se direcionam para o objetivo de impactar a cidade real, prioritariamente os espaços de moradia das camadas populares. O que se evidencia já há algum tempo é a limitação dos caminhos institucionais que, embora sejam muito importantes e tenham permitido alguns avanços significativos, não deve ser considerados os *fronts* exclusivos de disputa - nesse sentido, entendermos e nos apropriarmos do potencial

dos atravessamentos tecnológicos nos parece urgente, tanto como perspectiva de construção de novos canais de interação com a cidade real, quanto como horizonte para consolidar arquiteturas e urbanismos mais democráticos.

Referências bibliográficas

AFONSO, Carlos A. *Neutralidade no trânsito da internet?* In. AMADEU, Sérgio da Silveira (Org.). *Cidadania e redes digitais*. 1º ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias 2010.

AMADEU, Sérgio da Silveira. *Entrevista*. In. Savazoni, Rodrigo e Cohn, Sergio (Orgs.). *Cultura Digital.BR*. Rio de Janeiro : Beco do Azougue. 2009.

AMADEU, Sérgio da Silveira. *Ambivalências, liberdade e controle dos ciberviventes*. In. AMADEU, Sérgio da Silveira (Org.). *Cidadania e redes digitais*. 1º ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias 2010.

ARANTES, Pedro Fiori. *Arquitetura Nova*. Sérgio Ferro, Flávio Império e Rodrigo Lefèvre, de Artigas aos mutirões. São Paulo: Editora 34, 2002.

BONDUKI, Nabil. *Origens da Habitação Social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. *“Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho”*. Caderno de Estudos e Pesquisas Fupam. São Paulo: FAU-USP, 1979.

BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. *“Das reformas de base ao BNH: as propostas do Seminário de Habitação e Reforma Urbana”*. *Arquitextos*, 120.02, ano 10, 2010.

BUSTAMANTE, Javier. *Poder comunicativo, ecossistemas digitais e cidadania digital*. In. AMADEU, Sérgio da Silveira (Org.). *Cidadania e redes digitais*. 1º ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias 2010.

CARDOSO, Adauto (Org.). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARNEIRO, Henrique Soares. *Rebeliões e ocupações de 2011*. In. HARVEY, David, DAVIS, Mike, ŽIŽEK, Slavoj, et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. Coleção Tinta Vermelha. Ed. Boitempo: São Paulo, 2012.

DE SOUZA, Diego Beja Inglez. *Reconstruindo Cajueiro Seco: arquitetura, política social e cultura popular em Pernambuco (1960-64)*. Dissertação de Mestrado (Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

FERRO, Sérgio. *Arquitetura e trabalho livre*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.

GORDILHO-SOUZA, Angela. *“Cidade seletiva e exclusividade urbana: megaeventos, grandes projetos e a Copa 2014 em Salvador”*. In: CARVALHO, I.M.; SILVA, S.B.M.; GORDILHO-SOUZA, A.; PEREIRA, G.C.(Orgs.) *Metrópoles na Atualidade Brasileira: transformações, tensões e desafios na Região Metropolitana de Salvador*. Salvador: EDUFBA, 2014.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. *A longa marcha da democracia, A democracia*

da multidão, A produção do comum, A mobilização do comum. In: Multidão. Guerra e Democracia na era do Império. Rio de Janeiro: Record, 2005.

HILBERT, Martin. 2017. *Entrevista BBC* in. <http://www.bbc.com/portuguese/geral-39535650>

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Editora Moraes Ltda, 1991 (original de 1968).

LEMOS, Ronaldo. *Creative Commons*. In. Savazoni, Rodrigo e Cohn, Sergio (Orgs.). *Cultura Digital.BR*. Rio de Janeiro : Beco do Azougue. 2009.

LOPES, João Marcos de Almeida. *Sobre Arquitetos e sem tetos – técnica e arquitetura como prática política*. Tese (Livre Docência). IAU – USP, São Carlos, 2011.

MARICATO, Erminia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

MARICATO, Erminia. *Metrópole na periferia do capitalismo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Erminia. *O impasse da política urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. *“O estado e o urbano.”* Revista Espaço e Debates, v. 6, p. 37, 1982.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1972.

OSÓRIO, Leticia Marques (org.). *Estatuto da cidade e reforma urbana: novas perspectivas para as cidades do Brasil*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002.

PULHEZ, Magaly Marques. *Espaços de favela, fronteiras do ofício: história e experiências contemporâneas de arquitetos em assessorias de urbanização*. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), EESC-USP, São Carlos, 2007.

PULHEZ, Magaly M.; ROSA, Thais T. *Ideários e práticas participativas na produção da cidade e da habitação no Brasil: entre o idealismo e a normatividade, uma herança do século xx?* Anais do XVI SHCU, São Carlos, 2016.

ROLNIK, Raquel. *A guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. 1º ed. - São Paulo : Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. *As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações*. In. HARVEY, David, MARICATO, Erminia, DAVIS, Mike, et al. *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Coleção Tinta Vermelha. Ed. Boitempo / coedição Carta Maior: São Paulo, 2013.

ROSA, Thais Troncon. *Favelas, periferias: uma reflexão sobre conceitos e dicotomias*. Anais 33.o Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 2009.

ROSA, Thais Troncon. *Prova escrita para concurso da UFBA*, 2015 (mimeo).

ROSA, Thais Troncon. (2014). *Cidades Outras: pobreza, moradia e mediações em*

trajetórias urbanas liminares. Tese de Doutorado, PO. RIZEK, Cibele Saliba.

ROSSINI, Carolina. *Aprendizagem digital, recursos educacionais abertos e cidadania*. In: AMADEU, Sérgio da Silveira (Org.). *Cidadania e redes digitais*. 1º ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias 2010.

SAMPAIO, Maria Ruth; LEMOS, Carlos. *Habitação popular paulistana: autoconstrução*. FAU–USP, 1978.

SANTO AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia Zanin; RUFFINO, Maria Beatriz Cruz. *Minha Casa... E a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *Habitação – o que é mesmo que pode fazer quem sabe?* In: VALLADARES, Lícia do Prado (org.). *Repensando a Habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, Milton. *O Futuro das Megacidades: dualidade entre o poder e a pobreza*. Cadernos Metrópole, 2008.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel, 1998.

SHIMBO, Lucia Zanin. *Habitação social, habitação de mercado: a confluência entre estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo). IAU – USP, São Carlos, 2010.

SILVA, Daniela B. *Transparência na esfera pública interconectada e dados governamentais abertos*. In: AMADEU, Sérgio da Silveira (Org.). *Cidadania e redes digitais*. 1º ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias 2010.

SILVA, Jomar. *Os padrões de controle da comunicação*. In: AMADEU, Sérgio da Silveira (Org.). *Cidadania e redes digitais*. 1º ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil: Maracá – Educação e Tecnologias 2010.

VALLADARES, Lícia do Prado (org.). *Habitação em Questão*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VALLADARES, Lícia do Prado (org.). *Repensando a Habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VILLAÇA, FLÁVIO. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

ŽIŽEK, Slavoj. *O violento silêncio de um novo começo*. In: HARVEY, David, DAVIS, Mike, ŽIŽEK, Slavoj, et al. *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. Coleção Tinta Vermelha. Ed. Boitempo: São Paulo, 2012.